

Sindifisco-PB promove o VII Fórum de Atualidades Fiscais

Para debater as questões envolvendo o Fisco paraibano, atualização das leis e do processo de automação, o Sindifisco Paraíba promove nos próximos dias 3 e 4, o VII Fórum de Atualidades do Fisco Paraibano. O evento será realizado no auditório do Sebrae, em João Pessoa.

Representantes dos Estados da Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Ceará e Rio Grande do Norte estão confirmados. A palestra de abertura, que ocorrerá às 14h, do dia 3, será proferida pelo Auditor Fiscal André Horta, Secretário da Tributação do Estado do Rio Grande do Norte, que abordará o tema “Educação Fiscal”.

O evento contará ainda com painéis que

abordarão os seguintes temas: “Experiência na Fiscalização de Trânsito”, “Auditoria Fiscal de Empresas”, “Autos de Infração – Motivos Frequentes de Improcedência/Nulidade”, “Auditoria de Procedimentos” e “Projeto de Remodelação da Fiscalização de Mercadoria em Trânsito – SER/PB”.

A diretoria do Sindifisco-PB conchama a participação de todos os filiados. As inscrições podem ser realizadas até a próxima quarta-feira (2) nas sedes do sindicato em João Pessoa e Campina Grande, no site institucional www.sindifiscopb.org.br, ou pelos telefones (83) 3044-3282 / 2102-0800.

Sindifisco-PB é contra PDV do Governo Federal

Por entender que o desligamento voluntário e a redução na jornada são medidas com pouco critério de seleção e que podem fragilizar ainda mais a qualidade dos serviços públicos, o Sindifisco-PB se posiciona contrário à Medida Provisória (MP) nº 792, publicada no Diário Oficial da União da quinta-feira (27), que trata da implantação de Programa de Desligamento Voluntário (PDV) de servidores. A economia de R\$ 1 bilhão só deve ser sentida a partir de 2018, segundo o Ministério do Planejamento. O valor é irrelevante se comparado às despesas da União para 2017, de quase R\$ 3,4 trilhões, segundo a Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada na Câmara dos Deputados. Além disso, será preciso arcar com os custos do próprio PDV, o que levanta em questão se a economia será de fato significativa.

Há outros mecanismos de economia de recursos, por exemplo o corte de cargos em comissão de não efetivos, que além da gerar despesas, funcionam como moeda para barganha.

Percentual de arrecadação de ICMS na PB é o maior do Nordeste

Levantamento do Banco do Nordeste (BNB) aponta que a Paraíba superou os demais Estados nordestinos em percentuais de aumento da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços, ICMS. Os dados se referem aos cinco primeiros meses deste ano, quando foram arrecadados R\$ 2,1 bi, incremento de 4,5% em relação ao mesmo período de 2016.

O estudo reforça o que o Sindifisco-PB vem demonstrando em relação ao desempenho da arrecadação própria do Estado, com incrementos bastante satisfatórios alcançados mês a mês.

Os Sindifisco-PB parabeniza as auditoras e os auditores fiscais pelo excelente resultado, que mesmo com os incontáveis problemas enfrentados diariamente por falta de melhores condições de trabalho, têm garantido receitas para a Paraíba.

Codificados também na Educação

Após a grande repercussão da divulgação da lista de trabalhadores codificados na área da Saúde, um novo problema veio à tona na última semana, na Paraíba. Monitoramento de auditoria operacional do Tribunal de Contas detectou servidores codificados também na Secretaria de Educação.

A auditoria do TCE-PB analisou também o ensino médio oferecido na rede pública estadual e constatou decréscimo na qualidade. Entre os problemas constatados está a insuficiência de professores com formação compatível para atender à demanda do ensino médio, além da contratação de temporários, transformando a excepcionalidade em normalidade.

O conselheiro Fernando Catão destacou a necessidade de acompanhar de perto o processo de terceirização de setores da educação estadual. “Tem um problema sério na questão dos servidores *pro tempore*, mas nessas últimas semanas descobri que há codificados também na Secretaria de Educação e as explicações são as mais estapafúrdias possíveis”, informou.

Terceirizar é precarizar

O Sindifisco-PB volta a repudiar iniciativa do Governo do Estado que, assim como fez com a Saúde, pretende privatizar setores da Educação na Paraíba.

O Governo da Paraíba deveria tomar como exemplo a iniciativa do Governo do Mato Grosso, que no sentido de regularizar o serviço público, anunciou concurso público para 5.748 vagas na Educação.

Pelos aspectos de retrocesso que representa esta medida do Governo da Paraíba, o Sindifisco-PB conchama a toda sociedade paraibana, acadêmica, movimentos estudantis, sindicatos e associações ligadas à Educação, a se unirem contra o avanço da terceirização.